

SÃO VICENTE - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE -
SÃO PAULO

Agente de Trânsito

N° 02/2026

CÓD: SL-088AB-26
7908433295457

Língua Portuguesa

1. Interpretação e compreensão de textos verbais, não verbais e mistos.....	7
2. Tipologias e gêneros textuais.....	15
3. Sentido próprio e figurado das palavras	23
4. Coesão e coerência	24
5. Ortografia oficial	24
6. Acentuação gráfica.....	27
7. Pontuação	28
8. Classes gramaticais	30
9. Concordância verbal e nominal	40
10. Regência básica.....	41
11. Emprego e colocação de pronomes.....	44
12. Estrutura e reescrita de frases e períodos	45

Raciocínio Lógico e Matemática

1. Operações com números inteiros, racionais.....	57
2. Percentuais	64
3. Razão e proporção	66
4. Regra de três simples.....	68
5. Leitura e interpretação de tabelas e gráficos.....	69
6. Noções de estatística básica	74
7. Sequências lógicas	78
8. Problemas com relações numéricas e espaciais	82
9. Proposições, conectivos, negação e equivalência lógica	84
10. Análise de padrões, inferências e resolução de situações-problema	92

Informática

1. Conceitos básicos de hardware e software.....	103
2. Sistema operacional Windows; organização de arquivos e pastas	108
3. Editores de texto, planilhas eletrônicas e apresentações	129
4. Navegação na internet. ferramentas de busca	164
5. Correio eletrônico.....	169
6. Segurança da informação; cuidados com arquivos, senhas e dispositivos	172
7. Noções de uso de sistemas informatizados e de trabalho em ambiente digital.....	177

Legislação de Trânsito e Mobilidade Urbana

1. Sistema Nacional de Trânsito; competências dos órgãos e entidades executivos de trânsito, com ênfase na atuação municipal	187
2. Normas gerais de circulação e conduta; segurança de pedestres e ciclistas; sinalização vertical, horizontal, semaforizada e temporária; infrações de trânsito; penalidades e medidas administrativas; auto de infração de trânsito.....	192
3. Processo administrativo de trânsito: notificação, defesa e recursos; Junta Administrativa de Recursos de Infrações	202
4. Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; Lei Federal nº 12.587/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana)	206
5. Resoluções do CONTRAN vigentes relacionadas à sinalização, à fiscalização, à atuação, à aplicação de penalidades e aos procedimentos administrativos de trânsito; Resoluções do CONTRAN vigentes aplicáveis à fiscalização, à atuação, à sinalização e ao processo administrativo de trânsito.....	212
6. Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito.....	212
7. Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito.....	213
8. Lei Federal nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro).....	213

Conhecimentos Específicos Agente de Trânsito

1. Fiscalização de trânsito e atuação operacional em via pública.....	271
2. Adoção de medidas para preservação da fluidez e da segurança viária; orientação a motoristas quanto a alterações no sistema viário; orientação a pedestres quanto à utilização de faixas de travessia, passarelas e passeios	275
3. Apoio operacional em desvios, bloqueios, interdições, eventos e ocorrências que interfiram na circulação; verificação das condições de funcionamento da sinalização de trânsito e comunicação de irregularidades.....	279
4. Lavratura, conferência e encaminhamento de autos e registros de fiscalização; condução segura de viaturas da fiscalização de trânsito; atendimento ao público no exercício do poder de polícia administrativa de trânsito	281
5. Postura profissional, responsabilidade funcional e observância dos procedimentos formais de fiscalização.....	285

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTOS VERBAIS, NÃO VERBAIS E MISTOS

SITUAÇÃO COMUNICATIVA

A situação comunicativa é o contexto em que ocorre a interação entre os participantes de um ato comunicativo. Ela compreende os elementos fundamentais da comunicação e é crucial para a interpretação adequada de um texto ou enunciado, seja ele verbal ou não verbal.

Entender a situação comunicativa permite ao leitor identificar as intenções do emissor, a natureza da mensagem, e os fatores que influenciam a recepção pelo destinatário.

► Elementos da Situação Comunicativa

▪ **Emissor:** Aquele que produz e envia a mensagem. Pode ser uma pessoa, instituição ou grupo.

Ex.: Um professor explicando um conceito para seus alunos.

▪ **Receptor:** Quem recebe a mensagem e a interpreta. Pode ser individual ou coletivo.

▪ **Exemplo:** Os alunos que escutam a explicação do professor.

▪ **Mensagem:** O conteúdo transmitido pelo emissor ao receptor.

▪ **Exemplo:** As palavras ou conceitos usados pelo professor na explicação.

▪ **Canal:** O meio pelo qual a mensagem é transmitida. Pode ser oral, escrito, visual ou eletrônico.

▪ **Exemplo:** A fala do professor (oral) ou os slides utilizados na aula (visual).

▪ **Código:** O sistema de sinais compartilhado entre emissor e receptor. Na maioria dos casos, é a língua, mas pode incluir imagens, sons ou gestos.

▪ **Exemplo:** O idioma português usado na explicação.

▪ **Contexto:** O conjunto de circunstâncias que envolve a comunicação, incluindo fatores culturais, sociais, históricos e físicos.

▪ **Exemplo:** A aula em um ambiente escolar, com um tema específico de estudo.

► Importância da Situação Comunicativa

A análise da situação comunicativa é fundamental para compreender as intenções por trás de um texto ou enunciado. Sem considerar o contexto, há o risco de interpretações equivocadas.

Em uma prova, por exemplo, uma questão pode exigir que o candidato interprete um texto considerando as condições em que foi produzido, o público-alvo e o objetivo.

Exemplo prático:

Imagine a seguinte mensagem escrita em uma placa:
“Proibido estacionar das 8h às 18h.”

Para interpretar corretamente, é necessário considerar o contexto da situação comunicativa: trata-se de uma norma reguladora do espaço urbano, destinada a motoristas, que estabelece limites específicos de tempo.

Exemplos de Situações Comunicativas

▪ **Diálogo informal:** Uma conversa entre amigos onde o contexto é mais descontraído, e o código usado pode incluir gírias ou expressões regionais.

▪ **Mensagem:** “Vamos ao cinema hoje?”

▪ **Canal:** Fala direta ou mensagem de texto.

▪ **Texto publicitário:** Uma propaganda com o objetivo de persuadir o consumidor a adquirir um produto.

▪ **Mensagem:** “Aproveite a promoção imperdível desta semana!”

▪ **Canal:** Anúncio visual em redes sociais.

▪ **Documento oficial:** Uma circular enviada por uma empresa para seus colaboradores.

▪ **Mensagem:** “Informamos que haverá uma reunião às 14h na sala 3.”

▪ **Canal:** E-mail corporativo.

► Análise em Concursos Públicos

Em provas, questões sobre situação comunicativa geralmente pedem que o candidato identifique os elementos da comunicação em um texto, analise o contexto de produção ou interprete as intenções do emissor. Para isso, é importante:

▪ **Identificar o objetivo do texto:** Informar, persuadir, instruir, entre outros.

▪ **Reconhecer o público-alvo:** Determina a forma como a mensagem é construída.

▪ **Analisar o contexto cultural e social:** Esses fatores moldam a escolha do código e do tom do enunciado.

A situação comunicativa é um conceito amplo, mas central para a análise textual e a compreensão de mensagens. Ao identificar e compreender seus elementos, o leitor pode interpretar textos com maior precisão, seja no cotidiano ou em situações acadêmicas e profissionais.

Esta habilidade é especialmente valorizada em provas de concursos públicos, onde a capacidade de análise contextual é frequentemente testada.

PRESSUPOSIÇÃO E INFERÊNCIA

A pressuposição e a inferência são elementos fundamentais no processo de compreensão textual. Ambas lidam com informações implícitas, mas possuem características distintas. Esses conceitos aparecem frequentemente em provas de concursos públicos, especialmente em questões que exigem a análise do sentido profundo de um texto.

Dominar essas habilidades é essencial para interpretar mensagens de maneira eficaz e precisa.

► Pressuposição

A pressuposição refere-se às informações subentendidas em um enunciado, mas que são consideradas verdadeiras para que a mensagem faça sentido. Trata-se de elementos implícitos que não são afirmados diretamente, mas que o emissor assume que o receptor já conhece ou aceita.

Características da Pressuposição:

- É subentendida, mas fundamental para a compreensão do enunciado.
- Geralmente, permanece verdadeira mesmo que a frase seja negada.

Exemplos:

“Ana parou de fumar.”

- **Pressuposição:** Ana fumava antes.

Se a frase for negada (“Ana não parou de fumar”), a pressuposição ainda se mantém.

“O evento será transferido para outro local.”

- **Pressuposição:** Já havia um local previamente definido para o evento.

Uso em Concursos:

Em questões de interpretação textual, a pressuposição costuma ser abordada para testar a capacidade do candidato de identificar informações implícitas no texto.

Questão modelo:

Leia a frase: “João voltou para casa.”

O que se pode pressupor?

(A) João nunca saiu de casa.

(B) João estava em casa anteriormente.

Resposta correta: (B) João estava em casa anteriormente.

► Inferência

A inferência consiste na construção de significados que vão além do que está explicitamente dito no texto. Diferentemente da pressuposição, a inferência é uma conclusão lógica que o leitor ou ouvinte faz com base nas informações fornecidas pelo enunciado.

Características da Inferência:

- É uma dedução que depende do contexto e do conhecimento prévio do leitor.
- Pode variar de acordo com a interpretação individual.

Exemplos:

“Joana saiu de casa levando um guarda-chuva.”

- **Inferência:** Provavelmente, Joana espera que vá chover.

“Pedro não foi trabalhar porque estava doente.”

- **Inferência:** Pedro está impossibilitado de trabalhar devido à doença.

► Diferenças entre Pressuposição e Inferência

Aspecto	Pressuposição	Inferência
Definição	Informação implícita assumida como verdadeira.	Conclusão lógica com base no texto.
Origem	Está na construção gramatical do enunciado.	Depende da interpretação do leitor.
Necessidade do texto	Essencial para a compreensão do enunciado.	Complementa o significado do texto.

Exemplo Comparativo:

“Clara voltou ao trabalho.”

- **Pressuposição:** Clara estava afastada do trabalho.

- **Inferência:** Clara provavelmente superou o motivo de seu afastamento.

► Estratégias para Identificação

Para reconhecer pressuposições:

- Pergunte-se: “O que precisa ser verdadeiro para que esta frase faça sentido?”
- Analise expressões típicas que carregam pressuposições, como voltar, parar, continuar, começar.

Para identificar inferências:

- Observe as informações explícitas e o contexto do texto.
- Relacione essas informações ao conhecimento prévio ou à lógica subjacente.

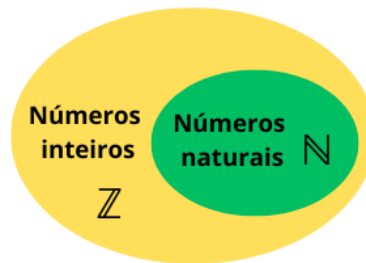
RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

OPERAÇÕES COM NÚMEROS INTEIROS, RACIONAIS

CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS (Z)

O conjunto dos números inteiros é denotado pela letra maiúscula Z e compreende os números inteiros negativos, positivos e o zero.

$$\mathbb{Z} = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$



O conjunto dos números inteiros também possui alguns subconjuntos:

- $\mathbb{Z}_+ = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$: conjunto dos números inteiros não negativos.
- $\mathbb{Z}_- = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0\}$: conjunto dos números inteiros não positivos.
- $\mathbb{Z}_+^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$: conjunto dos números inteiros não negativos e não nulos, ou seja, sem o zero.
- $\mathbb{Z}_-^* = \{\dots, -4, -3, -2, -1\}$: conjunto dos números inteiros não positivos e não nulos.

► Módulo

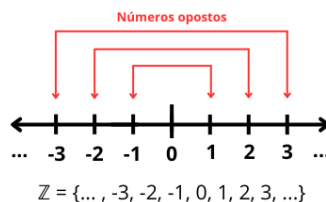
O módulo de um número inteiro é a distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Ele é representado pelo símbolo $| |$.

- O módulo de 0 é 0 e indica-se $|0| = 0$
- O módulo de +6 é 6 e indica-se $|+6| = 6$
- O módulo de -3 é 3 e indica-se $|-3| = 3$
- O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

► Números Opostos

Dois números inteiros são considerados opostos quando sua soma resulta em zero; dessa forma, os pontos que os representam na reta numérica estão equidistantes da origem.

Ex.: o oposto do número 4 é -4, e o oposto de -4 é 4, pois $4 + (-4) = (-4) + 4 = 0$. Em termos gerais, o oposto, ou simétrico, de "a" é "-a", e vice-versa; notavelmente, o oposto de zero é o próprio zero.



► **Operações com Números Inteiros**

Adição

Para facilitar a compreensão dessa operação, associamos a ideia de ganhar aos números inteiros positivos e a ideia de perder aos números inteiros negativos.

Exemplos:

- Ganhar 3 + ganhar 5 = ganhar 8 ($3 + 5 = 8$)
- Perder 4 + perder 3 = perder 7 ($-4 + (-3) = -7$)
- Ganhar 5 + perder 3 = ganhar 2 ($5 + (-3) = 2$)
- Perder 5 + ganhar 3 = perder 2 ($-5 + 3 = -2$)

Observação: O sinal (+) antes do número positivo pode ser omitido, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

Subtração

A subtração é utilizada nos seguintes casos:

- Ao retirarmos uma quantidade de outra quantidade;
- Quando temos duas quantidades e queremos saber a diferença entre elas;
- Quando temos duas quantidades e desejamos saber quanto falta para que uma delas atinja a outra.

A subtração é a operação inversa da adição. Concluímos que subtrair dois números inteiros é equivalente a adicionar o primeiro com o oposto do segundo.

Observação: todos os parênteses, colchetes, chaves, números, etc., precedidos de sinal negativo têm seu sinal invertido, ou seja, representam o seu oposto.

Multiplicação

A multiplicação funciona como uma forma simplificada de adição quando os números são repetidos. Podemos entender essa situação como ganhar repetidamente uma determinada quantidade.

Exemplo: Ganhar 1 objeto 15 vezes consecutivas significa ganhar 15 objetos, e essa repetição pode ser indicada pelo símbolo "x", ou seja: $1 + 1 + 1 + \dots + 1 = 15 \times 1 = 15$.

Se substituirmos o número 1 pelo número 2, obtemos: $2 + 2 + 2 + \dots + 2 = 15 \times 2 = 30$

Na multiplicação, o produto dos números "a" e "b" pode ser indicado por $a \times b$, $a \cdot b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.

Divisão

Considere o cálculo: $-15/3 = q$, então $3q = -15$ portanto $q = -5$

No exemplo dado, podemos concluir que, para realizar a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro (diferente de zero), dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

No conjunto dos números inteiros Z, a divisão não é comutativa, não é associativa, e não possui a propriedade da existência do elemento neutro. Além disso, não é possível realizar a divisão por zero. Quando dividimos zero por qualquer número inteiro (diferente de zero), o resultado é sempre zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Regra de sinais:

Multiplicação		Divisão
+ x + = +		+ ÷ + = +
- x - = +		- ÷ - = +
- x + = -		- ÷ + = -
+ x - = -		+ ÷ - = -

INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS DE HARDWARE E SOFTWARE

Hardware

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

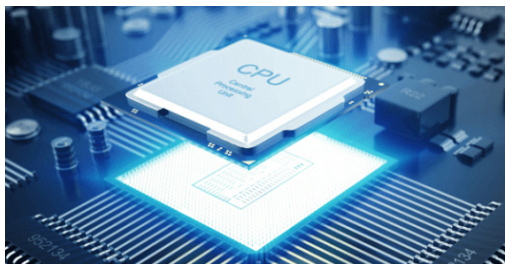
Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU

Cooler

Quando cada parte de um computador realiza uma tarefa, elas usam eletricidade. Essa eletricidade usada tem como uma consequência a geração de calor, que deve ser dissipado para que o computador continue funcionando sem problemas e sem engasgos no desempenho. Os coolers e ventoinhas são responsáveis por promover uma circulação de ar dentro da case do CPU. Essa circulação de ar provoca uma troca de temperatura entre o processador e o ar que ali está passando. Essa troca de temperatura provoca o resfriamento dos componentes do computador, mantendo seu funcionamento intacto e prolongando a vida útil das peças.



Cooler

Placa-mãe

Se o CPU é o cérebro de um computador, a placa-mãe é o esqueleto. A placa mãe é responsável por organizar a distribuição dos cálculos para o CPU, conectando todos os outros componentes externos e internos ao processador. Ela também é responsável por enviar os resultados dos cálculos para seus devidos destinos. Uma placa mãe pode ser on-board, ou seja, com componentes como placas de som e placas de vídeo fazendo parte da própria placa mãe, ou off-board, com todos os componentes sendo conectados a ela.



Placa-mãe

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO E MOBILIDADE URBANA

SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO; COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES EXECUTIVAS DE TRÂNSITO, COM ÊNFASE NA ATUAÇÃO MUNICIPAL

O Sistema Nacional de Trânsito (SNT) é a espinha dorsal que organiza, coordena e fiscaliza todas as atividades relacionadas ao trânsito em âmbito nacional. Criado para garantir a segurança, a fluidez e o cumprimento das leis de trânsito, o SNT é fundamental para manter a ordem nas vias, proteger a vida dos cidadãos e assegurar que todos os veículos e condutores estejam em conformidade com a legislação vigente.

Para um agente de trânsito, compreender a coordenação e o funcionamento do SNT é essencial. Isso porque o sistema abrange uma série de normas, diretrizes e órgãos que precisam trabalhar de forma integrada para que a fiscalização, o controle e a educação no trânsito sejam efetivos. É por meio dessa coordenação que se estabelece a padronização de procedimentos e o alinhamento das ações em todo o país, independentemente das diferenças regionais.

O tema da coordenação do SNT é especialmente relevante para o agente de trânsito, pois é ele quem atua na linha de frente, garantindo a aplicação das normas e o respeito às regras de trânsito. Ter um entendimento claro da estrutura e do funcionamento do SNT permite ao agente agir de maneira mais eficaz, garantindo que suas ações estejam em sintonia com as diretrizes nacionais.

Dessa forma, ao longo deste texto, vamos explorar como o SNT é estruturado, os principais órgãos que o compõem, suas funções, e como a coordenação desse sistema impacta diretamente o trabalho do agente de trânsito. Com isso, pretendemos esclarecer a importância do papel do agente dentro desse complexo e essencial sistema, destacando como ele contribui para a segurança e a ordem no trânsito brasileiro.

► Estrutura do Sistema Nacional de Trânsito

O Sistema Nacional de Trânsito (SNT) é composto por uma série de órgãos e entidades que desempenham funções específicas, mas interdependentes, para garantir a segurança, a eficiência e a coordenação das atividades de trânsito em todo o território brasileiro. Essa estrutura é definida pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e visa integrar as ações de fiscalização, educação e controle do trânsito, proporcionando um ambiente mais seguro e organizado para todos os usuários das vias.

► Órgãos e Entidades que Compõem o SNT

A estrutura do SNT é formada por diferentes níveis de órgãos, divididos em federais, estaduais e municipais, além de entidades que desempenham funções consultivas, normativas e executivas. Vamos conhecer cada um desses órgãos e entidades:

▪ **Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN):** Órgão máximo normativo e consultivo do SNT, responsável por estabelecer as diretrizes da Política Nacional de Trânsito, além de regulamentar as normas estabelecidas pelo CTB. O CONTRAN coordena as atividades dos demais órgãos, emitindo resoluções e deliberações que padronizam as ações em todo o país.

▪ **Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN):** Órgão executivo máximo do SNT, subordinado ao Ministério da Infraestrutura. O DENATRAN é responsável por implementar as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN, além de coordenar e supervisionar os órgãos executivos de trânsito estaduais e municipais. Atua também na emissão de carteiras de habilitação, registros e licenciamento de veículos em âmbito nacional.

▪ **Departamentos Estaduais de Trânsito (DETRANs):** São os órgãos executivos estaduais que, em conjunto com o DENATRAN, implementam as políticas e normas de trânsito. Os DETRANs têm a responsabilidade de fiscalizar o cumprimento das leis, além de realizar o registro e licenciamento de veículos e a emissão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) em seus respectivos estados.

▪ **Órgãos Executivos de Trânsito Municipais:** Responsáveis pelo controle e fiscalização do trânsito nas áreas urbanas dos municípios que integram o SNT. Esses órgãos também podem realizar atividades educativas e campanhas de conscientização no trânsito.

▪ **Polícia Rodoviária Federal (PRF):** Órgão executivo federal que tem a função de fiscalizar o trânsito nas rodovias federais, garantindo a aplicação das normas de trânsito e contribuindo para a segurança viária em todo o país.

▪ **Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal:** Atuam como órgãos executivos de trânsito nos âmbitos estaduais e do Distrito Federal, fiscalizando e garantindo o cumprimento das leis de trânsito nas rodovias e áreas urbanas sob sua responsabilidade.

▪ **Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI):** Entidades responsáveis por julgar os recursos apresentados pelos cidadãos contra multas de trânsito aplicadas pelos órgãos fiscalizadores. Cada órgão executivo de trânsito possui a sua JARI.

▪ **Órgãos de Engenharia de Tráfego e Rodoviários:** São responsáveis por planejar, projetar e executar a sinalização de trânsito, além de realizar estudos de tráfego para melhorar a fluidez e segurança das vias.

► **Funções de Cada Órgão e Relações Entre Eles**

A coordenação e o funcionamento eficaz do SNT dependem da integração e colaboração entre os diversos órgãos que o compõem. Cada órgão exerce funções específicas, mas interligadas, para garantir que o trânsito funcione de maneira ordenada e segura.

▪ **CONTRAN e DENATRAN:** Enquanto o CONTRAN é responsável pela criação das normas e diretrizes, o DENATRAN atua na execução dessas normas, supervisionando os demais órgãos e garantindo que as diretrizes sejam implementadas corretamente em todo o país.

▪ **DETRANs e Órgãos Municipais:** Atuam na esfera estadual e municipal, respectivamente, colocando em prática as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN e o DENATRAN, fiscalizando, educando e gerindo o trânsito local.

▪ **Polícia Rodoviária Federal e Polícias Militares:** Responsáveis por garantir a aplicação das leis de trânsito nas rodovias federais, estaduais e áreas urbanas, atuando diretamente na fiscalização e no controle do tráfego.

▪ **JARI:** Proporcionam aos condutores a oportunidade de recorrer das infrações que considerem injustas, assegurando um processo de fiscalização mais justo e transparente.

▪ **Órgãos de Engenharia:** Garantem que as vias estejam devidamente sinalizadas e projetadas, promovendo a segurança e a fluidez do trânsito.

► **A Importância da Estrutura do SNT para o Agente de Trânsito**

Compreender a estrutura do SNT é fundamental para o agente de trânsito, pois esse conhecimento permite que ele compreenda a origem das normas que deve aplicar e as funções dos diversos órgãos com os quais pode interagir no seu dia a dia. Essa visão ampla do sistema facilita a atuação do agente, que passa a enxergar sua função como parte de um todo maior, contribuindo para um trânsito mais seguro e organizado.

Além disso, o agente de trânsito deve saber como as decisões do CONTRAN e as diretrizes do DENATRAN impactam sua atuação nas vias, pois é com base nessas regulamentações que ele orienta condutores, fiscaliza infrações e participa de atividades educativas. Com esse entendimento, o agente de trânsito se torna uma peça-chave na implementação e efetivação das políticas de trânsito, garantindo que as regras sejam respeitadas e que a segurança no trânsito seja priorizada.

▪ **A Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito**

A coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) é um aspecto fundamental para garantir que as políticas e ações relativas ao trânsito sejam implementadas de forma padronizada, eficaz e integrada em todo o território nacional.

Essa coordenação é responsável por garantir a uniformidade das normas, a cooperação entre os diferentes órgãos e a aplicação efetiva das regras de trânsito em todas as esferas – federal, estadual e municipal.

► **O Papel do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)**

O Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) é o órgão máximo normativo e consultivo do SNT e, por isso, tem um papel central na coordenação do sistema. A ele compete:

▪ **Estabelecer as diretrizes da Política Nacional de Trânsito:** O CONTRAN é responsável por definir as principais orientações e metas para a gestão do trânsito em todo o país. Suas diretrizes orientam as ações dos órgãos executivos e servem de base para a elaboração de programas de educação, fiscalização e segurança no trânsito.

▪ **Normalizar e regulamentar as leis de trânsito:** Embora o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) seja a principal legislação que rege o trânsito no país, o CONTRAN é responsável por editar resoluções e deliberações que detalham, regulamentam e complementam as disposições do CTB, garantindo que as normas sejam claras e adaptadas às diferentes realidades do trânsito brasileiro.

▪ **Coordenar e harmonizar as ações dos órgãos e entidades que compõem o SNT:** Uma das funções mais importantes do CONTRAN é promover a integração entre os diversos órgãos do sistema. Para isso, o conselho emite orientações e diretrizes que ajudam a alinhar as ações de fiscalização, educação e controle do trânsito.

▪ **Avaliar e propor medidas para a melhoria do trânsito:** O CONTRAN também exerce um papel de avaliação, revisando constantemente as práticas de trânsito e propondo ajustes e melhorias para garantir um trânsito mais seguro e eficiente.

► **A Atuação do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)**

Enquanto o CONTRAN desempenha a função normativa e consultiva, o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) atua como o órgão executivo máximo do SNT. Sua principal responsabilidade é colocar em prática as diretrizes e normas estabelecidas pelo CONTRAN. As atribuições do DENATRAN incluem:

▪ **Coordenar e supervisionar a execução das políticas de trânsito:** O DENATRAN atua como o elo entre o CONTRAN e os órgãos executivos estaduais e municipais, garantindo que as normas e políticas sejam implementadas de maneira uniforme em todo o país.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E ATUAÇÃO OPERACIONAL EM VIA PÚBLICA

A fiscalização de trânsito constitui uma das atividades centrais para a organização, segurança e fluidez do sistema viário. Trata-se do conjunto de ações realizadas por agentes públicos com o objetivo de garantir o cumprimento das normas estabelecidas pela legislação de trânsito, prevenindo acidentes e promovendo a convivência harmoniosa entre os diversos usuários da via.

Sua finalidade não se limita à aplicação de penalidades. Pelo contrário, a fiscalização tem caráter educativo, preventivo e regulador. Ao atuar nas vias públicas, o agente de trânsito contribui diretamente para a redução de comportamentos de risco, para a preservação da vida e para a melhoria da mobilidade urbana.

Nesse contexto, a fiscalização deve ser entendida como um instrumento de política pública, voltado à proteção coletiva, e não como uma prática meramente punitiva.

► Base legal: Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e legislações complementares

A atuação do agente de trânsito é fundamentada principalmente no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), que estabelece normas, direitos e deveres relacionados à circulação viária em todo o território nacional.

O CTB define infrações, penalidades, medidas administrativas e competências dos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Trânsito. Além disso, é complementado por resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), que detalham procedimentos, regulamentam dispositivos e atualizam normas conforme as necessidades do sistema viário.

Para compreender a base legal da fiscalização, é importante considerar os principais instrumentos normativos que orientam a atuação do agente:

- Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que estabelece as regras gerais de circulação e conduta.
- Resoluções do CONTRAN, que regulamentam aspectos técnicos e operacionais.
- Normas estaduais e municipais, que tratam de especificidades locais.
- Portarias e instruções normativas dos órgãos executivos de trânsito.

O domínio dessas normas é essencial para garantir que a atuação do agente seja legal, legítima e eficaz.

► Competências dos órgãos e dos agentes de trânsito

O Sistema Nacional de Trânsito é composto por diversos órgãos com competências específicas, organizados em níveis federal, estadual e municipal. Cada um desses órgãos possui atribuições próprias, relacionadas à fiscalização, engenharia de tráfego, educação para o trânsito e aplicação de penalidades.

Os agentes de trânsito, por sua vez, atuam como representantes desses órgãos, exercendo funções operacionais diretamente nas vias públicas. Entre suas principais competências estão a fiscalização do cumprimento das normas, a orientação dos usuários, a lavratura de autos de infração e a adoção de medidas administrativas previstas na legislação.

Essa atuação exige conhecimento técnico, preparo operacional e capacidade de tomada de decisão em situações diversas.

► Princípios da atuação do agente de trânsito

A atuação do agente de trânsito deve estar fundamentada em princípios que orientam sua conduta e garantem a legitimidade de suas ações. Esses princípios são essenciais para assegurar que a fiscalização seja realizada de forma justa, transparente e eficiente.

Para compreender melhor esses fundamentos, destacam-se os principais princípios que orientam a atuação do agente:

- Legalidade, garantindo que todas as ações estejam baseadas na legislação vigente.
- Impessoalidade, assegurando tratamento igualitário a todos os cidadãos.
- Eficiência, buscando resultados efetivos na organização do trânsito.
- Segurança, priorizando a preservação da vida e da integridade física.

Esses princípios devem nortear todas as decisões e atitudes do agente durante sua atuação em via pública.

► Papel do agente na preservação da vida e na ordem viária

O agente de trânsito desempenha um papel fundamental na preservação da vida, sendo um dos principais responsáveis por garantir a segurança nas vias públicas. Sua atuação influencia diretamente o comportamento dos condutores, pedestres e demais usuários do sistema viário.

Ao fiscalizar, orientar e intervir em situações de risco, o agente contribui para a redução de acidentes e para a manutenção da ordem no trânsito. Além disso, sua presença tem efeito dissuasório, inibindo práticas irregulares e incentivando o cumprimento das normas.

Portanto, a função do agente vai além da aplicação da lei. Ele atua como mediador entre o Estado e a sociedade, promovendo um trânsito mais seguro, organizado e consciente.

PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E ABORDAGEM EM VIA PÚBLICA

► **Tipos de fiscalização de trânsito**

A fiscalização de trânsito pode ser realizada de diferentes formas, dependendo dos objetivos da operação, das condições da via e dos recursos disponíveis. Cada tipo de fiscalização possui características próprias e exige do agente preparo técnico e atenção específica para sua correta execução.

De modo a facilitar a compreensão dessas modalidades e suas respectivas técnicas operacionais, apresenta-se a seguir uma tabela explicativa que organiza os principais tipos de fiscalização utilizados na prática:

Tipo de Fiscalização	Características	Técnicas de Atuação
Fiscalização fixa	Realizada em pontos previamente definidos, como blitz ou postos de controle	Sinalização prévia da operação, posicionamento estratégico de viaturas, abordagem sistemática de veículos
Fiscalização móvel	Executada com deslocamento constante ao longo da via	Monitoramento dinâmico, acompanhamento de veículos suspeitos, uso de sinais sonoros e luminosos para parada
Fiscalização eletrônica	Utiliza equipamentos tecnológicos para monitoramento automático	Uso de radares, câmeras e sensores para registro de infrações sem abordagem direta
Fiscalização ostensiva	Presença visível do agente com caráter preventivo	Atuação em locais de grande fluxo, orientação de condutores e pedestres, inibição de infrações
Fiscalização velada	Atuação discreta, sem identificação imediata	Observação de comportamentos irregulares, registro de infrações sem interferência imediata

Essa classificação permite compreender que a fiscalização não é uma atividade única, mas um conjunto de estratégias adaptáveis às diferentes realidades do trânsito.

► **Técnicas de abordagem segura a condutores e veículos**

A abordagem é um dos momentos mais sensíveis da atuação do agente de trânsito, pois envolve contato direto com o cidadão e pode apresentar riscos operacionais. Por isso, deve ser realizada com base em técnicas que garantam a segurança de todos os envolvidos.

O agente deve sempre observar o ambiente antes da abordagem, escolhendo locais adequados e seguros para a parada do veículo. Além disso, é fundamental manter postura profissional, comunicação clara e atitudes que transmitam autoridade sem agressividade.

Para assegurar uma abordagem eficiente e segura, algumas práticas devem ser adotadas:

- **Escolher local visível e seguro para a parada do veículo.**
- **Utilizar sinais adequados para indicar a ordem de parada.**
- **Manter distância segura ao se aproximar do veículo.**
- **Identificar-se e informar o motivo da abordagem.**
- **Evitar movimentos bruscos e manter atenção ao comportamento do condutor.**

Essas técnicas contribuem para reduzir riscos e garantir um atendimento respeitoso e eficaz.

► **Verificação de documentos e condições do veículo**

Durante a abordagem, o agente deve realizar a verificação dos documentos obrigatórios e das condições gerais do veículo. Essa etapa é essencial para identificar irregularidades e assegurar que o veículo esteja apto a circular.

Entre os documentos normalmente solicitados estão a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV). Além disso, o agente deve observar aspectos como estado de conservação, funcionamento de equipamentos obrigatórios e possíveis alterações irregulares.

Essa verificação deve ser conduzida com atenção e objetividade, evitando constrangimentos desnecessários ao cidadão.

► **Lavratura de autos de infração**

Quando constatada uma infração, o agente deve proceder à lavratura do auto de infração, que é o documento formal que registra a irregularidade. Esse procedimento deve seguir rigorosamente as normas legais, garantindo a validade do ato administrativo.

O preenchimento correto das informações é fundamental, incluindo dados do veículo, local, horário, tipificação da infração e identificação do agente. Qualquer erro pode comprometer a legalidade da atuação.

Além disso, o agente deve agir com imparcialidade, baseando-se exclusivamente nos fatos observados.

► **Situações que exigem retenção, remoção ou apreensão de veículos**